



CONTRATO DE NAMORO NO DIREITO BRASILEIRO: AUTONOMIA PRIVADA E LIMITES JURÍDICOS NAS RELAÇÕES AFETIVAS: UMA ANÁLISE SOBRE A VALIDADE, EFICÁCIA E OS DESAFIOS JURÍDICOS DO CONTRATO DE NAMORO COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO A CONFLITOS PATRIMONIAIS.

Bianca Santana Pinto ¹

Matheus Felipe Soares de Souza ²

Rayane Santos Braga ³

Ronaly Cajueiro de Melo da Mata ⁴

INTRODUÇÃO: O contrato de namoro visa declarar que não há intenção de constituir família, evitando sua confusão com união estável e os efeitos patrimoniais decorrentes. No entanto, mesmo com esse contrato, se comprovados os requisitos da união estável, esta poderá ser reconhecida judicialmente. Embora não haja regulamentação específica no Brasil, a discussão gira em torno da autonomia privada e da necessidade de segurança jurídica nas relações afetivas. Este trabalho analisa a validade e eficácia do contrato de namoro à luz da jurisprudência e dos princípios da boa-fé objetiva e eticidade, propondo uma reflexão crítica sobre seus limites e utilidade prática. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise jurisprudencial. Foram consultadas doutrinas especializadas em Direito de Família, como Tartuce (2022), Maria Berenice Dias (2021) e Cristiano Chaves de Farias (2020). Também foram examinadas decisões do Superior Tribunal de Justiça, como o Recurso Especial: REsp 1454643 RJ 2014/XXXXX-5, que trata dos limites da eficácia do contrato de namoro. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** Devido à ausência de legislação específica, o contrato de namoro pode se confundir com o conceito união estável, especialmente em relações prolongadas. Além disso, há discussões sobre sua validade e eficácia. Segundo Maria Berenice Dias (2010), não há como afirmar a incomunicabilidade dos bens com convivência prolongada e esforço mútuo. Entretanto, o REsp 1454643 RJ 2014/XXXXX-5 declarou que, nos dois anos anteriores ao

¹ Discente da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus de Betim. Contato: biasantana38@hotmail.com

² Discente da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus de Betim. Contato: matheusfelipe080206@gmail.com

³ Discente da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus de Betim. Contato: rayane.braga.1521360@sga.pucminas.br

⁴ Doutora e mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Contratos e Negócios pela UGF/RJ. Professora de Direito Civil na PUC Minas. Advogada e Psicóloga.

casamento, não houve a constituição de união estável, mas sim um namoro qualificado, devido à falta do *animus familiae*. O acórdão destacou que coabitação e namoro, por si sós, não configuram união estável sem a intenção manifesta de vida familiar. Em síntese, o contrato de namoro é válido enquanto houver apenas uma relação de namoro, podendo ser revogado se houver provas da existência de união estável. A análise do julgado em contraste ao pensamento de Maria Berenice Dias evidencia divergência doutrinária em relação à configuração do contrato de namoro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tendo em vista os aspectos observados através de pesquisas em doutrinas e análises jurisprudências, o contrato de namoro, embora criado para evitar confusões com a união estável, não afasta os efeitos patrimoniais decorrentes desta. Enquanto não houver uma legislação específica, sua aplicabilidade dependerá da análise de cada caso concreto, observando se há a presença ou a ausência do *animus familiae*, e a análise de provas produzida pelas partes. E caso haja a presença desses requisitos, mesmo existindo o contrato de namoro, poderá ser reconhecida união estável e ele não será suficiente para afastar futuros efeitos patrimoniais.

Palavras-chave: Contrato de namoro; União estável; Autonomia privada; Segurança jurídica; Direito de família.